Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018

JRS/MF/RA/LG/LFFMM 1930/19

SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A.				
Demonstrações contábeis individuais e co Em 31 de dezembro de 2018	onsolida	das		
Conteúdo				
Relatório do auditor independente individuais e consolidadas	sobre	as	demonstrações	contábeis
Balanços patrimoniais				
Demonstrações do resultado				

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações dos fluxos de caixa

consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido



Tel.: +55 81 3221 2620 Fax: + 55 81 3221 2071 www.bdo.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Self It Academias Holding S.A. Recife - PE

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Self It Academias Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Self It Academias Holding S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transação com partes relacionadas

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia mantém transações com partes relacionadas. Os resultados dessas transações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 16 de abril de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 PE 001269/F-8

Mário Jorge Costa Fernandes Contador CRC 1 PE 011500/0-6

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo						Passivo					
		Controla	dora	Consolid	lado			Controla	dora	Consolida	ado
	Notas	2018	2017	2018	2017	1	Notas	2018	2017	2018	2017
Circulante				,		Circulante		<u> </u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.133	10.602	90.866	11.237	Fornecedores	8	18.118	5.568	18.701	6.529
Contas a receber		6.195	3.334	7.155	4.465	Empréstimos, financiamentos e Debêntures	10	8.593	30.280	8.888	31.096
Outras contas a receber		1.893	948	1.519	806	Obrigações trabalhistas	9	2.762	1.555	3.002	1.820
Impostos a recuperar		784	153	795	265	Obrigações tributárias		1.297	542	2.131	1.515
Partes relacionadas	17	115	-	-	359	Outras contas a pagar		117	79	576	761
	_	99.120	15.037	100.335	17.132	Partes relacionadas	17	-	-	22	32
								30.887	38.024	33.320	41.753
Não circulante											
Mutuo com partes relacionadas	17	6.699	8.510	-	-	Não circulante					
Outras contas a receber		405	200	414	200	Fornecedores		5.031	2.103	5.031	2.103
Investimentos	5	-	205	-	-	Empréstimos, financiamentos e Debêntures	10	24.056	18.826	24.178	19.883
Imobilizado	6	110.946	49.709	117.782	61.035	Obrigações tributárias		-	-	615	678
Intangível	7	3.229	3.052	3.326	3.158	Provisão para contingências	18	252	81	412	233
-	_	121.279	61.676	121.522	64.393	Perdas em investimentos	5	1.570	1.865	-	-
						Outras contas a pagar		192	671	566	1.497
						Partes relacionadas	17	298	240		482
								31.399	23.786	30.802	24.876
						Patrimônio líquido	11				
						Capital social		63.854	3.145	63.854	3.145
						Reserva de capital	11b	120.498	32.266	120.498	32.266
						Prejuizos acumulados		(26.239)	(20.508)	(26.239)	(20.508)
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		158.113	14.903	158.113	14.903
						Participação de acionistas não controladores			-	(378)	(7)
						Total do patrimônio líquido		158.113	14.903	157.735	14.896
Total do ativo	_	220 399	76 713	221 857	81 525	Total do passivo e patrimônio líquido		220 399	76 713	221 857	81.525
Total do ativo	=	220.399	76.713	221.857	81.525	Total do passivo e patrimônio líquido		220.399	76.713	221.857	81

Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

		Controlad	lora	Consolida	0
	Notas	2018	2017	2018	2017
Receita líquida	12	58.568	26.343	67.881	36.917
(-) Custo dos serviços prestados	13	(48.970)	(23.087)	(56.972)	(31.196)
Lucro Bruto	-	9.598	3.256	10.909	5.721
Despesas gerais e administrativas	13	(16.735)	(10.821)	(16.735)	(10.821)
Outras receitas/(despesas) operacionais	13	1.820	1.471	707	(2.610)
Equivalência patrimonial		304	(1.774)	-	-
Lucros antes do resultado financeiro	·	(5.013)	(7.868)	(5.119)	(7.710)
Despesa financeira	14	(4.187)	(4.342)	(4.536)	(4.907)
Receita financeira	14	3.840	1.280	3.941	1.346
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	·	(5.360)	(10.930)	(5.714)	(11.271)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(17)	-
Resultado do exercício	-	(5.360)	(10.930)	(5.731)	(11.271)
Atribuível aos controladores				(5.360)	(10.930)
Atribuível aos não controladores				(371)	(341)
Resultado do exercício			_	(5.731)	(11.271)

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

001130110	dado
2018	2017
(5.731)	(11.271)
(5.731)	(11.271)
=	(5.731)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

_			
(`:or	ntro	lad	lores

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Sub-Total	Não controladores	Total	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	3.145	32.266	(9.577)	25.834	334	26.168	
Resultado do exercício de 2017	-	-	(10.931)	(10.931)	(341)	(11.272)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.145	32.266	(20.508)	14.903	(7)	14.896	
Integralização de capital e reserva de capital Resultado do exercício de 2018	60.709	88.232	- (5.731)	148.941 (5.731)	- (371)	148.941 (6.102)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	63.854	120.498	(26.239)	158.113	(378)	157.735	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controlad	Controladora		ado
	2018	2017	2018	2017
Resultado do exercício	(5.360)	(10.930)	(5.731)	(11.271)
Ajustes				
Depreciação e amortização	8.424	3.164	9.854	4.632
Equivalência Patrimonial	(304)	1.774	=	=
Participação de acionistas não controladores	· · ·	-	371	341
Provisão de juros	1.522	3.404	1.522	3.610
Contingencia	171	76	179	22
Lucro (Prejuízo) ajustado	4.453	(2.512)	6.195	(2.666)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo				
Contas a receber	(2.861)	(1.763)	(2.690)	(2.063)
Outras contas a receber	(1.151)	(351)	(927)	305
Impostos a recuperar	(631)	201	(530)	509
Fornecedores	15.478	5.672	15.100	5.816
Obrigações trabalhistas	1.207	541	1.182	512
Obrigações tributárias	755	350	553	501
Outras contas a pagar	38	(169)	(1.858)	796
Perdas com investimentos	(636)	-	-	-
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	16.652	1.969	17.025	3.710
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Operações com partes relacionadas	1.696	(844)	=	=
Aquisição de imobilizado	(68.823)	(35.296)	(65.760)	(36.431)
Aquisição de intangível	(1.015)	(2.465)	(1.009)	(2.480)
(=) Caixa Iíquido aplicados nas atividades de investimentos	(68.142)	(38.605)	(66.769)	(38.911)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e Debêntures	32.473	45.874	32.473	45.874
Pagamento de emprestimos e financiamentos	(50.451)	(173)	(51.908)	(1.354)
Operações com partes relacionadas	58	(2)	(133)	(214)
Aporte de capital	148.941	-	148.941	-
(=) Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	131.021	45.699	129.373	44.306
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	79.531	9.063	79.629	9.105
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	10.602	1.539	11.237	2.132
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	90.133	10.602	90.866	11.237
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	79.531	9.063	79.629	9.105

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Self It Academias Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, domiciliada na Avenida Antônio de Goes, n° 275, CEP 51.110-000, Bairro do Pina, na cidade de Recife, estado de Pernambuco.

A Companhia tem como objeto social atividades de condicionamento físico e a participação em outras sociedades, empresariais ou simples, como acionista ou sócia, controladora ou não controladora.

A Self It Academias Holding S.A. possui 42 filiais e mais 3 unidades de negócios:

- Academia Automação Ltda.
- Academia Inteligente Ltda.
- Academia Inteligente Ltda EPP.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2018.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

a) CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

b) CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente:

O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos.

A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

- 2.6 Pronunciamentos novos com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2019
 - a) CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil: O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Os arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais a Companhia não controla o ativo e nem direcionam o uso continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 10 de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Base de Consolidação

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desconhece os ativos e os passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

c. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas sociedades investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores em suas controladas, pela participação proporcional no patrimônio líquido na data de aquisição e atualizar sua movimentação com base nos resultados proporcionais dos exercícios subsequentes.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação/mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado.

Os ativos financeiros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém duas principais categorias de classificação/mensuração para passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado.

Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4. Contas a receber

O saldo de contas a receber das pessoas matriculadas é avaliado, no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.5. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas:

Descrição	Taxas
Equipamentos de ginástica	10%
Acessórios de ginástica	20%
Móveis e utensílios	20%
Equipamentos de informática	20%
Benfeitorias (Vigência de 10 anos nos contratos)	10%
Máguinas e equipamentos	10%

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Associação. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstancias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço liquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.7. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis).

3.8. Provisões

a) Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

3.9. Demais passivos circulante e não circulante

São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3.10. Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro tributável mais adicional aplicável de 10% (dez por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas inclusões e pelas exclusões admitidas na sua base de cálculo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controlad	ora	Consolic	dado	
	2018	2017	2018	2017	
Bancos conta movimento	130	43	641	114	
Aplicações financeiras (*)	90.003	10.559	90.225	11.123	
_	90.133	10.602	90.866	11.237	
_					

^(*) Composto principalmente por aplicações em renda fixa (CDB) e fundos de investimento, cujo objetivo é atingir a remuneração de até 100% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

5. Investimentos

Abaixo estão apresentados os investimentos da Companhia:

	Academia Automação Ltda	Academia Inteligente Ltda¹	Academia Inteligente Ltda Epp	Academia Autonomia Ltda²	Total
Capital social	300	600	300	300	1.500
Percentual de participação	52%	100%	100%	100%	
Patrimônio liquido das controladas 2016	696	(762)	680	3	617
Patrimônio liquido das controladas 2017	(15)	(1.174)	(683)	205	(1.667)
Patrimônio liquido das controladas 2018 Participação no patrimônio liquido (em	(787)	(519)	(642)	-	(1.948)
R\$ mil)	(409)	(519)	(642)	-	(1.570)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					
findo em 31 de dezembro de 2018	(772)	656	42		(74)
Valor contábil dos investimentos	(409)	(519)	(642)	-	(1.570)
Resultado de equivalência patrimonial	(401)	656	42	8	304

- (1) A Companhia possui através de sua controlada (Academias Inteligente Ltda) participação em sociedade em cotas de participação (SCP).
- (2) Em 14 de março de 2018 foi concluído o processo de incorporação da empresa controlada Academia Autonomia Ltda., assim a unidade passou a ser operacionalizada pela Selfit Academias Holding S.A como uma filial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

6. Imobilizado

6.1. Controladora

	EQUIPAMENTOS DE GINASTICA	ACESSORIOS DE GINASTICA	MOVEIS E UTENSILIOS	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	BENFEITORIAS EM TERCEIROS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO - BENFEITORIA	ADIANTAMENTO AQUISICAO DE IMOBILIZADO	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	5.373	1.107	649	592	7.976	415	1.270	675	17.248
Aquisição	13.871	2.968	1.645	926	15.761	1.221	3.158	=	39.550
Transferências	30	(321)	258	(56)	1.192	7	(1.109)	-	1
Baixa	(1.732)	(103)	(14)	(156)	(502)	- 156	(899)	- 547	(4.109)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17.542	3.651	2.538	1.306	24.427	1.487	2.420	128	53.499
Depreciação	(220)	(115)	(24)	((7)	(222)	(25)			(000)
Saldos em 01 de janeiro de 2017	(238)	(115)	(31)	(67)	(333)	(25)	-	-	(809)
Adições Baixas	(968)	(398)	(146)	(177)	(1.213)	(79)	-	-	(2.981)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	- 1.206	- 513	- 177	- 244	- 1.546	- 104	-	-	- 3.790
Custo total	17.542	3.651	2.538	1.306	24.427	1.487	2.420	128	53.499
Depreciação acumulada	(1.206)	(513)	(177)	(244)	(1.546)	(104)			(3.790)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2017	16.336	3.138	2.361	1.062	22.881	1.383	2.420	128	49.709
Saldos em 01 de janeiro de 2018	17.542	3.651	2.538	1.306	24.427	1.487	2.420	128	53.499
Aquisição	24.256	3.540	2.623	1.724	34.471	2.209			68.823
Transferência					2.539		(2.420)	(119)	-
Baixa									
Saldos em 31 de dezembro de 2018	41.798	7.191	5.161	3.030	61.437	3.696	-	9	122.322
Depreciação									
Saldos em 01 de janeiro de 2018	(1.206)	(513)	(177)	(244)	(1.546)	(104)			(3.790)
Adições	(1.754)	(1.019)	(369)	(370)	(3.865)	(209)	-	-	(7.586)
Baixas									
Saldos em 31 de dezembro de 2018	- 2.960	- 1.532	- 546	- 614	- 5.411	- 313	-	-	- 11.376
Custo total	41.798	7.191	5.161	3.030	61.437	3.696	-	9	122.322
Depreciação acumulada	(2.960)	(1.532)	(546)	(614)	(5.411)	(313)	=	-	(11.376)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2018	38.838	5.659	4.615	2.416	56.026	3.383		9	110.946

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

1 6.2. Consolidado

0121 Concentuace	EQUIPAMENTO S DE GINASTICA	ACESSORIOS DE GINASTICA	MOVEIS E UTENSILIOS	EQUIPAMENT OS DE INFORMATIC A	BENFELLO RIAS EM TERCEIRO S	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO - BENFEITORIA	ADIANTAMENTO AQUISICAO DE IMOBILIZADO	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	11.262	2.082	2.010	699	12.836	1.358	1.279	675	32.200
Aquisição	12.230	2.852	1.901	730	16.792	1.074	1.159		36.737
Transferência	-	-	-	- 0	667	-	- 667	-	- 0
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	- 147 -	- 147
Saldos em 31 de dezembro de 2017	23.492	4.934	3.911	1.428	30.295	2.431	1.771	528	68.790
Depreciação									
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	- 1.001	- 319	- 319	- 132	- 870	- 653	-		- 3.292
Adições	- 1.628	- 561	- 248	- 212	- 1.695	- 118			4.463
Baixas			-	-		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	- 2.629	- 880	- 567	- 344	- 2.565	- 770	-		- 7.755
Custo total	23.492	4.934	3.911	1.428	30.295	2.431	1.771	528	68.790
Depreciação acumulada	- 2.629	- 880	- 567	- 344	- 2.565	- 770	-		- 7.755
Valor contábil em 31 de dezembro de 2017	20.864	4.054	3.344	1.084	27.731	1.661	1.771	528	61.035
Saldos em 01 de janeiro de 2018	23.492	4.934	3.911	1.428	30.295	2.431	1.771	528	68.790
Aquisição	22.497	3.146	2.480	1.728	33.757	2.152			65.760
Transferência					515				515
Baixa					2.269		- 1.761	- 508	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	45.989	8.080	6.391	3.156	66.836	4.583	10	20	135.065
Depreciação									
Saldos em 01 de janeiro de 2018	- 2.629	- 880	- 567	- 344	- 2.565	- 770	-	-	- 7.755
Adições	- 3.417	- 986	- 358	- 375	- 4.511	- 207	-	-	- 9.854
Baixas	326	-	-	-	-	-	-	-	326
Saldos em 31 de dezembro de 2018	- 5.720	- 1.866	- 925	- 719	- 7.076	- 977	-		- 17.283
Custo total	45.989	8.080	6.391	3.156	66.836	4.583	10	20	135.065
Depreciação acumulada	- 5.720	- 1.866	- 934	- 719	- 7.076	- 977	-	-	- 17.283
Valor contábil em 31 de dezembro de 2018	40.270	6.214	5.457	2.437	59.760	3.606	10	20	117.782

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

7. Intangível

	Controladora Direito de uso de	Consolidado Direito de uso de
	software	software
Saldos em 01 de janeiro de 2017	916	1.007
Custo total	3.397	3.513
Amortização acumulada	(345)	(355)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2017	3.052	3.158
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.052	3.158
Adição Baixa	1.015	1.008
Amortização	(838)	(840)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.229	3.326
Custo total	4.412	4.521
Amortização acumulada	(1.183)	(1.195)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2018	3.229	3.326

8. Fornecedores

	Controladora		Consc	olidado
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores Nacionais	23.149	7.671	23.732	8.632
	23.149	7.671	23.732	8.632
Curto Prazo	18.118	5.568	18.701	6.529
Longo Prazo	5.031	2.103	5.031	2.103
	23.149	7.671	23.732	8.632

9. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Conso	olidado	
	2018	2017	2018	2017	
Provisão de férias e encargos	1.143	653	1.269	768	
Rescisão	9	2	10	14	
Salário a pagar	883	479	956	563	
Pro-labore a pagar	64	62	64	62	
FGTS	107	28	116	42	
INSS	387	234	417	272	
IRRF a pagar	169	94	169	96	
Outras obrigações trabalhistas	-	3	1	3	
	2.762	1.555	3.002	1.820	

10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos correspondem à captação de recursos pelas unidades para atender às demandas de fluxo financeiro ligadas à expansão da capacidade de negócios do Grupo.

	Controladora		Consoli	dado
Modalidade	2018	2017	2018	2017
Cédula de Crédito				
Bancário (a)	2.053	-	2.101	385
Fundo de Financiamento				
do Nordeste (b)	4.529	-	4.716	830
Capital de Giro (c)	25.613	10.000	25.795	10.658
Arredamento mercantil				
Financeiro (d)	454	691	454	691
Emissão de Debentures	-	38.415	-	38.415
Total Geral	32.649	49.106	33.066	50.979
_			, <u>, , , , , , , , , , , , , , , , , , </u>	
Circulante	8.593	30.280	8.888	31.096
Não circulante	24.056	18.826	24.178	19.883

- (a) Empréstimos tomados nos bancos ABC e Caixa Econômica Federal, na modalidade de cédula de crédito bancário com juros prefixados entre 1,91% ao mês + TR e 0,39 + CDI.
- (b) Linha captada junto ao banco do Nordeste para aquisição de equipamento e instalações com juros entre 6,48% e 8,55% ao ano.
- (c) Recursos tomado nos bancos Itaú e banco do Brasil, sob a modalidade de capital de giro, com juros prefixados entre 0,32% + CDI ao mês e 4,7% + CDI ao ano.
- (d) Os contratos de arrendamento mercantil financeiros foram firmados com o banco Daycoval, para aquisição de equipamentos, com encargos médios em 1,2% ao mês.

Os vencimentos dos saldos de longo prazo têm a seguinte composição:

	Controla	adora	Conso	lidado
Ano	2018	2017	2018	2017
2019	-	370	-	787
2020	7.705	18.456	7.826	19.096
2021 em diante	16.351		16.352	
	24.056	18.826	24.178	19.883

Apresentamos, a seguir, a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício de 2018:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	2.850
Liberações	45.874	45.874
Juros incorridos	3.404	4.600
Amortizações	(173)	(2.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.105	50.979
Liberações	32.473	32.473
Juros incorridos	1.522	1.522
Amortizações (a)	(50.451)	(51.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	32.649	33.066

(a) Em fevereiro houve a liquidação das debêntures de 1ª e 2ª série, sendo totalmente convertidas em capital da companhia.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 3.145 representado por 3.593.897 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizados.

Em 6 de fevereiro de 2018 foi deliberada a conversão das debêntures 1ª série de emissão da companhia em ações, com o consequente aumento de capital. Depois de verificado o evento de conversão estabelecido na escritura de emissão privada de debêntures conversíveis em ações preferenciais da companhia, foi aprovado o aumento de capital com a emissão de 2.695.423 novas ações preferenciais, atribuindo ao capital social da companhia o montante de R\$ 20.235.250,00, subscrito e totalmente integralizado pelo debenturista Everest Brasil Partners I. O mesmo debenturista em 25 de fevereiro de 2018 antecipou a conversão das debêntures de 2ª série da Companhia com a emissão de 588.245 novas ações preferenciais, atribuindo R\$5.882.450,00 ao capital social e R\$ 12.823.713,38 a reserva de capital, totalizando 3.283.668 ações preferenciais com o aumento de capital de R\$ 26.117.700.

Em 25 de fevereiro de 2018 foi autorizado um novo aumento de capital na companhia no valor total de R\$ 110.000.000,00, com a emissão de 3.584.912 novas ações preferenciais classe A, com o consequente aumento de capital de R\$ 34.591.260, destinando R\$ 75.408.740,00 a conta de reserva de capital. O aumento ora aprovado é integralmente subscrito nesta data pela companhia Boa Viagem Participações S.A. O montante de

R\$ 110.000.000,00 foi totalmente integralizado ao longo do exercício de 2018 em duas parcelas iguais de R\$ 55.000.000,00 em março e setembro.

A participação acionária na Companhia está assim distribuída:

Acionistas	Nº Ações Ordinárias classe A	Ordinárias Preferenciais		Participações no Capital social Votante e Total
Grajaú Participações Ltda	-	2.336.033	2.336.033	22,60%
Boa Viagem Participações	-	3.584.912	3.584.912	34,68%
Everest Brasil Partners I	-	3.283.668	3.283.668	31,77%
José Leonardo Pereira da Costa	566.039	-	566.039	5,48%
Nelson Lins de Araújo Netto	566.039	-	566.039	5,48%
Total	1.132.078	9.204.613	10.336.691	100%

b. Reserva de capital

Nos aportes abaixo realizados na Companhia, foram apurados ágios na subscrição das ações, a saber:

Descrição	Data de subscrição	Quantidade de ações	Aporte	Aumento do capital social	Reserva de ágio
Aporte					
Grajaú Participações Ltda.	31/07/2015	3.144.663	34.000	1.733	32.266
Everest Brasil Partners I	06/02/2018	2.695.423	20.235	20.235	-
Everest Brasil Partners I	25/02/2018	588.245	18.706	5.882	12.824
Boa Viagem Participações S/A	25/02/2018	3.584.912	110.000	34.591	75.409
Total		10.013.243	182.941	62.441	120.499

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo anual de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício. Em função do prejuízo não houve distribuição de dividendos.

d. Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo-se a parcela referente à subvenção governamental, nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em função do prejuízo não houve constituição de reservas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

12. Receita operacional líquida

Controladora		Consoli	dado
2018	2017	2018	2017
68.397	30.789	79.281	43.170
(3.420)	(1.539)	(3.964)	(2.158)
(1.129)	(507)	(1.308)	(711)
(5.198)	(2.341)	(6.025)	(3.282)
(82)	(59)	(103)	(102)
58.568	26.343	67.881	36.917
	2018 68.397 (3.420) (1.129) (5.198) (82)	68.397 30.789 (3.420) (1.539) (1.129) (507) (5.198) (2.341) (82) (59)	2018 2017 2018 68.397 30.789 79.281 (3.420) (1.539) (3.964) (1.129) (507) (1.308) (5.198) (2.341) (6.025) (82) (59) (103)

13. Custos dos serviços prestados, despesas administrativas e outras despesas operacionais

	Controladora		Consoli	dado
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal e encargos	(20.233)	(12.959)	(22.263)	(15.511)
Despesas de consumo	(4.165)	(1.540)	(4.770)	(2.099)
Despesas com ocupação e utilidades	(15.699)	(8.225)	(18.381)	(11.138)
Depreciações e amortizações	(8.424)	(3.164)	(9.854)	(4.632)
Abertura de novas unidades	(2.079)	(1.162)	(2.167)	(1.464)
Outras despesas	(1.308)	(1.053)	(1.575)	(3.055)
Serviço de apoio operacional	(13.061)	(6.238)	(14.038)	(6.907)
Rateio de despesas corporativas	1.084	1.904	41	-
	(63.885)	(32.437)	(73.007)	(44.806)
	Control	adora	Consoli	dado
	2018	2017	2018	2017
Custo dos serviços prestados	(48.970)	(23.087)	(56.972)	(31.196)
Despesas gerais e administrativas	(16.735)	(10.821)	(16.735)	(10.821)
Outras despesas operacionais	1.820	1.471	700	(2.789)
	(63.885)	(32.437)	(73.007)	(44.806)

14. Resultado financeiro

	Controladora		Conso	lidado
Receitas financeiras	2018	2017	2018	2017
Rendimento de aplicações				
financeiras	3.591	1.144	3.607	1.210
Multas contratuais	-	-	-	-
Descontos obtidos	249	100	334	100
Juros recebidos		36		36
	3.840	1.280	3.941	1.346
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e	(2.793)	(4.047)	(2.935)	(4.530)
financiamentos				
IOF/IOC	(682)	(160)	(827)	(164)
Multas financeiras	(5)	-	(5)	(12)
Despesas bancárias	(707)	(135)	(769)	(201)
	(4.187)	(4.342)	(4.536)	(4.907)
Resultado financeiro líquido	(347)	(3.062)	(595)	(3.561)

15. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), o qual é aprovado pela Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes a estes ativos e passivos da Companhia reconhecidos no balanço patrimonial aproximam-se dos seus valores de mercado.

16. Gerenciamento dos riscos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e dos recebíveis das administradoras de cartão de crédito. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras e o não recebimento dos valores a serem repassados pelas administradoras de cartão. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelo saldo de caixa de equivalentes de caixa e contas a receber em 31 de dezembro de 2018.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez e administradora de cartões com solidez no mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Administração avalia que os riscos de taxas de juros são reduzidos em virtude da Companhia ter taxas de juros pré-fixadas em suas operações de empréstimos e financiamentos.

17. Partes relacionadas

	Control	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	
Ativo					
Circulante					
Contas a receber					
Academia Inteligente Ltda - Iguatemi	115	-	-	-	
Sócios Fundadores	-	-	-	359	
	115	-		359	
Não Circulante					
Contas a receber					
Academia Inteligente Ltda	602	2	-	-	
Academia Automação Ltda	189	-	-	-	
Academia Inteligente Ltda Epp	1.006	1.171	-	-	
Academia Autonomia Ltda	-	2.182	-	-	
AFAC (i)	433	1.080	-	-	
REEBOLSO DE DESPESAS ADM - CSC	4.469	4.075	<u> </u>	-	
	6.699	8.510	-	_	
Passivo					
Circulante					
Outras obrigações a pagar					
N e A Academia de Ginástica Ltda	-	-	(22)	(15)	
RN Academias	<u>-</u>	<u> </u>		(17)	
	<u>-</u>	<u> </u>	(22)	(32)	
Não Circulante					
Outras obrigações a pagar					
N e A Academia de Ginástica Ltda	-	-	-	(1)	
Deskart BNDES	- ()	-	-	(1)	
Academia Inteligente Ltda - Paralela	(298)	-	-	-	
Sócios Fundadores	-	(240)		(480)	
	(298)	(240)	<u> </u>	(482)	
Total	6.699	5.253	(22)	(155)	

A controlada da Academia Inteligente Ltda. possui contratos de mútuo com empresas ligadas não investidas da Self It Academias Holding S.A. As empresas ligadas, de propriedade dos acionistas não controladores, fizeram, no passado, a captação de recursos junto a instituições financeiras para reforma e abertura daquela unidade e repasse destes recursos por meio de contratos de mútuo. Cada contrato é periodicamente amortizado pela Controlada, sem qualquer aval ou garantia por parte da Self It Academias Holding S.A.

(i) A Selfit Academias possui AFAC com suas controladas Academias Automação e Academia Inteligente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

18. Contingências

A Empresa é parte integrante em processos de natureza civil e trabalhista, cuja expectativa de perda provável estimada pelos seus consultores jurídicos foi provisionada, no montante de R\$ 252 (R\$ 81 em 2017) na controladora e R\$ 412 (R\$ 233 em 2017) no consolidado.

Adicionalmente, os processos avaliados pelos seus consultores jurídicos como de perda possível somam R\$ 551 (R\$ 38 em 2017) na controladora e R\$ 869 (R\$ 94 em 2017) no consolidado.

	<u>Controladora</u>			
	2018		2017	
	Possíveis	Prováveis	Possíveis	Prováveis
Causas Cíveis	299	82	32	74
Causas Trabalhistas	252	170	7	7
	551	252	38	81
	Consolidado			
	2018		2017	
	Possíveis	Prováveis	Possíveis	Prováveis
Causas Cíveis	521	172	65	181
Causas Trabalhistas	348	240	29	52
	869	412	94	233

20. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2018 até a data da conclusão das referidas demonstrações contábeis em 16 de abril de 2019.

No primeiro trimestre de 2019 a companhia continua seguindo seu plano de expansão, com a inauguração de mais três operações nos estados do Ceará, Piauí e São Paulo, totalizando o montante de 45 academias operacionais.